

## A EXTENSÃO RURAL

sentido de estender algo a alguém, ou seja, tem um sentido de transmissão, de doação, de manipulação de quem detem o saber. Essa manipulação, por sua vez, possui um caráter de invasão cultural, de conquista. O agrônomo extensionista transforma os seus conhecimentos especializados em algo estático, “e os estende mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo”, manipulando-o e conquistando-o (FREIRE, 1979, p.44). FREIRE, em sua obra, menciona que não são todos os agrônomos extensionistas que assim o fazem. Existem aqueles que utilizam o diálogo como uma forma de transmissão de conhecimentos, uma vez que “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam” (1979, p.43). É através da prática de se dialogar que se solidificam as aprendizagens. Ao contrário do que muitos agrônomos pensam, dialogar não é perder tempo e sim “um tempo que se ganha em solidez, em segurança, em autoconfiança e interconfiança”, o que não oferece a antialogicidade, em outras palavras, a ausência de diálogo (idem, p.51).

FREIRE fala ainda que este diálogo tem que ser composto pela problematização do próprio conhecimento. Cabe mencionar que tudo pode ser problematizado, o diálogo problematizador não depende do conteúdo que vai ser estudado. Pode-se trabalhar aspectos relacionados à agricultura, como erosão, desmatamento, indagando-se O Por quê? Como? Qual relação o agricultor vê entre as suas afirmações e a dos seus companheiros? entre outras.

Dessa forma, o autor conclui sua obra nos transmitindo a mensagem de que educação é comunicação, é diálogo, e somente o agrônomo extensionista que utilizar do diálogo como forma de promover a extensão é que exercerá com êxito seu trabalho.

Neste estudo sobre a obra de FREIRE vemos a importância de se trabalhar com o diálogo para tornar o serviço de extensão algo que realmente possa melhorar as condições de vida do homem do campo, fazendo-os pensar sobre suas práticas, suas crenças. tomando o

### 1.1. A extensão sob a ótica de alguns autores

A extensão, enquanto serviço, pode ser definida como um ensino indutivo onde “destina-se a levar diretamente a todos os interessados por todos os meios possíveis (preleções, demonstrações práticas etc), as noções técnicas e as novas conquistas que as pesquisas forem fornecendo”. Objetivando vulgarizar os conhecimentos capazes de proporcionar melhores condições de vida para a população (VIANNA, 1951, p. 08).

Assim, em princípio, o serviço de extensão “é a maneira de transmitir conhecimentos acumulados através da experiência, da prática ou da pesquisa. O trabalho extensivo visa difundir, em primeira mão, tais conhecimentos” (idem, p. 08).

O serviço de extensão agrícola é uma modalidade do ensino agrícola de aplicação direta à lavoura, uma vez que sua finalidade é levar ensinamentos aos fazendeiros, dentro de suas fazendas e é, ao mesmo tempo, “um processo de comunicação e de educação planejada que destina mudar o comportamento econômico e social dos agricultores em qualquer parte do mundo” (BARROS, 1994, p. 665), cujo objetivo principal, segundo BARROS (1994), “é promover o desenvolvimento econômico e social dos indivíduos e das populações rurais” (p. 694).

Conforme pode ser observado na opinião de FREIRE (1979), o serviço de extensão agrícola é simultaneamente um processo de educação e comunicação, no verdadeiro sentido da palavra, pois, o extensionista, segundo o autor, não se limita a estender o conhecimento ao agricultor, mas esforça-se em incorporar o conhecimento com a experiência do camponês, mostrando-o, através do diálogo, sua relação com o mundo rural e uma forma de tornar sua vida mais produtiva.

Considerando os estudos de FREIRE (1979) e FONSECA (1985), infelizmente, não podemos perceber uma distinção clara entre o serviço de extensão rural e o serviço de extensão universitária. Como sabemos, a primeira referência legal sobre o serviço de extensão

“Chama-se de extensão universitária o ensino, realizado geralmente a noite, ao entardecer, ou nas manhãs de sábado, criados especialmente para adultos que trabalham durante o dia. Esta forma de ensino é um serviço muito importante prestado pelas universidades a suas comunidades, e são numerosos os estudantes que o aproveitam. Alguns cursos dão até direito a diplomas (ou certificados) [...]” (p. 42).

Em 1998, outra referência legal foi baixada com o fim de se institucionalizarem o serviço de extensão universitária entre as universidades públicas brasileiras através do Plano Nacional de Extensão Universitária. Segundo esse plano a extensão universitária é definida como sendo

“[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrara na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social” (Plano Nacional de Extensão Universitária/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001: 29/30).

Neste plano, priorizam-se “práticas voltadas ao atendimento a necessidades sociais emergentes”, relacionadas às áreas de Educação, Geração de Emprego, Ampliação de Renda, Produção de Alimentos, entre outras, bem como, enfatiza-se a utilização de tecnologia disponível “para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a Educação Continuada e [...] pensar a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentado como componentes da atividade extensionista.” (Sistema de Dados e Informação da Extensão, 2001, p. 19). Assim, os programas de extensão, segundo este plano, estariam ligados.

numerosos os estudantes que o aproveitam. Alguns cursos dão até direito a diplomas (ou certificados) [...]” (p. 42).

Em 1998, outra referência legal foi baixada com o fim de se institucionalizarem o serviço de extensão universitária entre as universidades públicas brasileiras através do Plano Nacional de Extensão Universitária. Segundo esse plano a extensão universitária é definida como sendo

“[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social” (Plano Nacional de Extensão Universitária/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001, 29/30).

Neste plano, priorizam-se “práticas voltadas ao atendimento a necessidades sociais emergentes”, relacionadas às áreas de Educação, Geração de Emprego, Ampliação de Renda, Produção de Alimentos, entre outras, bem como, enfatiza-se a utilização de tecnologia disponível “para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a Educação Continuada e, [...] pensar a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentado como componentes da atividade extensionista” (Sistema de Dados e Informações da Extensão, 2001, p. 19). Assim, os programas de extensão, segundo este plano, estariam ligados.

Para a realização das atividades extensionistas propostas por esse plano, podem ser realizados cursos, de caráter teórico ou prático, podendo ser presencial ou a distância, incluindo-se, nesta categoria oficinas, *workshops*, laboratórios, treinamentos e até cursos de pós-graduação *latu sensu* (aperfeiçoamento ou especialização), que em algumas universidades são gerenciados pela área de extensão; eventos como: assembleias, campeonatos, ciclos de estudos, conferências, congressos, encontros, concerto, lançamento de publicações de produtos, entre outros; prestação de serviço – incluindo nesta categoria assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional; e, produção e publicação – tais como cartilhas, softwares, fitas cassetes, CD's, vídeos, entre outros (Sistema de Dados e Informações da Extensão, 2001).

É importante observar que, segundo este plano, e mesmo o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, a prestação de serviço assume uma designação, segundo CUNHA (1989), impropriamente chamada de prática extensionista. A prestação de serviço, assim como outras atividades que talvez não deveriam ser consideradas atividades extensionistas, passam a assumir, com o Plano Nacional de Extensão Universitária, impropriamente, esta designação.

Desse modo, o serviço de extensão rural pode ser considerado então como um serviço educativo, no qual seu princípio norteador é a educação do homem rural, onde além de educar, procura-se, através das estações experimentais e do serviço de pesquisa, solucionar problemas aos diversos assuntos relacionados a agricultura e a pecuária; a princípio este serviço torna-se diferente do serviço extensionista universitário, que assume, segundo alguns autores (CUNHA, 1989) um caráter de prestação de serviço.

FREIRE (1979) e FONSECA (1985) discutem a extensão rural como forma de educar a população agrícola, em seu próprio meio (ensino informal), com o objetivo de elevar o nível

## 1.2. As origens do Serviço de Extensão.

As primeiras experiências relacionadas à Extensão nos Estados Unidos da América vincularam-se ao desenvolvimento da agricultura ainda no final do século XIX. Duas leis contribuíram então para que fossem iniciadas as práticas de Extensão; foram elas: a Lei Morrill, de 1862 e a de 1890. Todavia, o que realmente viria a ser o Serviço de Extensão Rural dos Estados Unidos teve origem através de outra Lei, a Lei Smith Lever, de 1914. Essa Lei responderia às necessidades de um serviço especializado para assistir ao produtor rural.

Em 1862, com a assinatura da “Lei Morrill” ou “Agricultural College Act”<sup>98</sup>, pelo presidente da República, Lincoln, foi decretada a doação de 30.000 acres de terras,

“[...] do domínio da União, por senador ou deputado que o Estado tinha no Congresso, a cada Estado, para auxiliar em cada uma das ‘escolas onde a agricultura e as artes mecânicas fossem ensinadas. A lei estabelecia mais que poderia haver venda das terras para, ‘com a renda do capital apurado se criar ou sustentar o ensino técnico ou, nos termos do ‘Act’, ocorrer às despesas de colégios nos quais a agricultura for um ramo de instrução principal” (VIANNA, 1951, p. 10/11).

Desse modo, a Lei Morrill de 1862 ajudou na criação de Escolas de Agronomia, doando terras como patrimônio inicial, ficando este plano conhecido como “Land Grant Colleges”<sup>99</sup>.

Assim, o serviço de extensão norte-americana, iniciou-se, logo após a assinatura desta Lei, através das associações agrícolas<sup>100</sup>, fundadas pelos fazendeiros norte-americanos que

<sup>98</sup> Para muitos autores (VIANNA, 1951, entre outros), essa Lei é considerada um marco na educação norte-americana.

<sup>99</sup> Os land Grant colleges, também conhecidos por Universidades Técnicas ou Colégios Agrícolas eram localizados predominantemente fora dos grandes centros urbanos, pois segundo VIANNA, “as escolas incluídas nos Colleges of Agricultura and Mechanic Arts, máxime as de Agronomia e as de Veterinária, exigem grande área para a sede e dependências contíguas. De fato, se assim não fosse, tornar-se-ia difícil, com eficiência, aliar-se o ensino, à pesquisa, à experimentação, às rotinas técnicas. Em síntese, seria um obstáculo ao ensino vivo. [...]” (1951, p. 09/10). Nesse tipo universitário de ensino agrícola norte-americano, pode-se observar como regra geral: a) ter uma sede conjunta; b) ser localizada de preferência em cidades pequenas e, c) ter a inclusão de pelo menos duas das cinco escolas (Agronomia, Engenharia, Veterinária, Ciências Domésticas e Graduados), sendo constantes a Escola de Agronomia, a Estação Experimental e o serviço de Extensão.

de ajudar as Escolas de Agronomia (os Land Grant Colleges), criadas ou ainda por criar, “conforme a lei de 2 de julho de 1862”, com a condição de se ensinar, nessas escolas, a “língua inglesa, matemática, física, ciências naturais e econômicas” (VIANNA, 1951, p. 11). Além disso, vale ressaltar a Lei Hatch, de 2 de março de 1887, onde o Congresso aprovou a subvenção anual de 25.000 dólares para auxiliar a criação e manutenção, em cada Estado ou Território, de estações experimentais, anexas as Escolas de Agronomia. Essa Lei “estabeleceu como condição de auxílio federal a obrigação de se publicarem, pelo menos trimestralmente, boletins de caráter popular, contendo as experiências de maior alcance prático feitas nas estações experimentais” (VIANNA, 1951, p. 11) (grifo nosso). A partir desse momento, começam a se instituir, nos EUA, as estações experimentais anexas as Escolas de Agronomia.

Em 1904, mediante cooperação do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos e do Conselho Geral de Educação, foram nomeados os primeiros agentes distritais nos Estados do Sul para difundirem ensinamentos agrícolas aos fazendeiros. Segundo CÔRREA (1941), o diretor desse movimento, o Dr. Seaman A. Knapp, elaborou um plano de instrução colocando o trabalho de demonstração em um plano mais elavado. “O plano visava proporcionar a população rural maior bem-estar, melhorando as condições sociais da vida nas comunidades rurais”. Seu lema era: “desenvolver os recursos, aumentar as colheitas, aformosear as paisagens, alegrar os lares e, proporcionar ao povo conhecimentos abundantes relativamente a cousas uteis” (p. 356). Em conformidade com este lema, ainda segundo o autor, inaugurou-se “um novo sistema de educação para os jovens e adultos, mediante o qual a vida rural foi remodelada, passando a ocupar um novo nível de prosperidade, conforto, influência e poder” (p. 356).

Até 1906, este trabalho de demonstração “havia-se desenvolvido nos Estados do Norte e do Oeste e o Departamento de Administração Agrícola do Ministério da Agricultura também estava efetuando algum trabalho de demonstração” (CÔRREA, 1941, p. 356). A

brasileiro, com experiência americana –, as estações de pesquisas norte-americanas apresentavam a seguinte função:

“O papel das estações ou dos institutos experimentais é justamente este: experimentar e pesquisar aqueles conhecimentos técnicos necessários para que haja uma boa produção econômica. Concomitantemente observam, estudam, pesquisam e experimentam, obtendo conhecimentos e dados que são levados aos produtores rurais. Esta ação de levar aos produtores rurais tudo aquilo que os institutos experimentais concluíram chama-se extensão. Quer dizer, estender os conhecimentos adquiridos nos campos experimentais aos produtores” (BECHARA apud FONSECA, 1985, p.39/40).

Cabe considerar que BECHARA (apud FONSECA, 1985), em sua fala, já afirma ser a extensão a ação de levar ensinamentos produzidos pelas estações experimentais aos produtores rurais. Desse modo, esse serviço extensionista funcionaria como um elo de ligação entre as estações experimentais, que geralmente eram entidades universitárias – os colleges –, e as populações rurais.

Segundo CÔRREA (1941), nos Estados Unidos o serviço de extensão agrícola – extension service – foi um fator de grande contribuição para a eficiência das estações experimentais e dos colégios agrícolas.

“Até 1920, diz sobre o serviço de extensão agrícola, [...], este novo serviço foi adotado por todos os colégios. Por esse tempo já se havia acumulado uma grande soma de informações nas estações experimentais. Por meio do serviço de extensão enviaram-se aos campos representantes dos colégios, um ou dois em cada um dos condados, possuidores de importantes interesses agrícolas. [...]. Os agentes rurais do serviço de extensão são sempre bem instruídos em agricultura geral e bem qualificados para se utilizarem da informação científica acumulada e para interpreta-la prática e oralmente aos agricultores. Numerosas granjas já foram aparelhadas para fins de demonstrações e, mediante comitês locais de agricultura, iniciaram-se as novas práticas, para cujas demonstrações são sempre convidados os agricultores do lugar. Os agentes dos serviços de extensão agrícola tomam parte pessoalmente nas experiências e auxiliam a interpretar os resultados.[...]” (p. 354/355).

Este princípio difusionista admite a possibilidade de mudanças de uma comunidade através da difusão e adoção de novas idéias. Acredita-se ser através desse modelo que se dá à passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, para a modernização.

Assim, segundo FONSECA (1985) para o desenvolvimento rural brasileiro, este foi o modelo adotado, a partir de 1952, em convênio com as agências extensionista americanas, para propor melhorias no padrão de vida, na saúde e no nível educacional das comunidades rurais.

### 1.3. O Modelo Difusionista Inovador.

Como vimos, logo após a 2ª Guerra Mundial, foram introduzidos, na América Latina, os Programas de Extensão Rural norte-americanos, primeiro veio o modelo clássico, já modificado, uma vez que ao ser implantado veio associado ao sistema de crédito agrícola; e, mais tarde, foi criado o modelo difusionista inovador.

Cabe considerar que em um primeiro momento encontrou-se uma certa dificuldade na implantação deste serviço de extensão, uma vez que as populações rurais latino-americanas eram diferentes das populações rurais norte-americanas<sup>105</sup>. Nas primeiras encontravam-se um elevado estado de pobreza e atraso tecnológico. A solução encontrada foi o receituário das experiências americanas de organização de comunidades ou organização do bem estar social das comunidades, cujo objetivo central era:

“[...] introduzir e sustentar um processo de lidar com os problemas de relacionamento pessoal e ajustamento social que irá capacitar e auxiliar aqueles indivíduos envolvidos nos problemas a achar soluções satisfatórias para eles mesmos e aceitáveis para a sociedade da qual fazem parte” (FONSECA, 1985, p.47/48).

<sup>105</sup> Segundo BARROS (1994). “Se compararmos, por exemplo, os índices de racionalidade do ‘farmer’ norte-americano com os do agricultor brasileiro veremos, sem dificuldade, que entre ambos há [...] uma distância quase que astronômica.” (p. 668).

com base na educação do homem do campo, deveria vir de fontes externas à própria comunidade rural, no caso, dos colégios agrícolas.

Pelas considerações acima expostas e considerando que tanto para o modelo clássico como para o modelo difusionista, somente uma mudança na mentalidade do homem do campo o tornaria apto para uma vida moderna (e essa mudança seria ocasionada pela ordem educacional) é que se pôde elaborar um objetivo básico para o extensionismo latino-americano, objetivo este que propõe o alcance de uma maior produtividade agrícola para a conquista de melhores condições de vida do homem do campo através da proposta de educação da família rural.

Este marco teórico que fecha-se dentro dessa prática extensionista desenvolvida pelos países da América Latina, para alguns estudiosos, vem de uma visão empírico-positivista, permeada pela ideologia liberal que “se operacionaliza numa proposta comunitarista e educacional, alienante e descompromissada com os interesses reais e imediatos das populações rurais latino-americanas” (FONSECA, 1985, p.52). Visão empírico-positivista pois “tanto o ‘modelo clássico’ como o ‘modelo difusionista inovador’ partem do princípio de que as mudanças nas sociedades rurais se dão por intervenções técnicas e não por alterações nas estruturas sócio-políticas e econômicas dessas sociedades” (FONSECA, 1985, p.52/53). Como foi o caso do primeiro modelo adotado pelo país (o modelo clássico apoiado no crédito agrícola).

#### **1.4. A Implantação do Serviço de Extensão no Brasil.**

Em relação à implantação do Serviço de Extensão Rural na América Latina temos que esta se deu, principalmente, por dois motivos: 1º) a preocupação das elites para com a educação rural, numa preocupação de promover uma educação voltada no sentido de esvaziar

Esse movimento conhecido como ruralismo pedagógico, segundo ROSA (1980), “teve seus precursores em alguns pensadores sociais do começo do século, como Sílvio Romero e Alberto Torres. Tal cruzada foi-se aprofundando e difundindo por uma série de educadores, que pretendiam transformar o ensino primário em instrumento de fixação do homem ao Campo e de amortização do impacto causado pelos movimentos migratórios, através da modernização da vida econômica e social do meio rural. Ora, isso veio a transformar-se em outro foco de atenção que, de certa forma, parecia compensar o descaso pelo ensino agrícola propriamente dito. Ocorre pois uma incongruência: ao notório desamparo que cerca o ensino agrícola contrapõe-se uma cruzada de valorização do ‘país agrícola’, através da regionalização da escola e do ideário ruralista nas instituições escolares” (p. 88/89).

Vistos e analisados os problemas da sociedade rural brasileira percebeu-se que se deveria firmar uma educação na comunidade rural, conforme propunha o serviço de extensão rural, diferente do que era proposto pelo ruralismo, pois este firmava-se na escola. “Assim sendo, o importante seria preparar melhor esse homem, ou seja, levá-lo a uma vida mais digna, através da difusão da idéia e do valor de auto-ajuda”; e isso só “seria alcançado mediante o aperfeiçoamento do método e técnicas de uma prática pedagógica não-escolar (diferente do ruralismo), ou seja, a educação comunitária” (FONSECA, 1985, p.58). Desse modo efetuou-se o movimento extensionista rural no Brasil, como uma reação ao ‘malogro’ da educação rural, tendo sido definida como um processo de educação extra-escolar.

Assim, dando continuidade a esse pensamento, em 1948, o Presidente Eurico Gaspar Dutra, submeteu ao Congresso Nacional um plano de 5 anos para o desenvolvimento do Brasil, apoiado na idéia de iniciativas de criação de universidades técnicas superiores em todo o território nacional, a fim de que se fizesse, de forma mais sistemática, o movimento extensionista rural no país. Segundo VIANNA (1951).

fomento da produção assegurará o enriquecimento da zona e a remuneração compensadora ao trabalho humano. Isso prenderá o homem à terra onde nasceu e o levará a concentrar-se em grandes grupos sociais nas várias regiões do Estado. A falta de assistência e as pequenas possibilidades econômicas motivam o êxodo rural das populações” (FONSECA, 1985, p.73).

Dentro desta necessidade que foi formalizado este Plano, que, dentre outras finalidades, prescrevia ao homem do campo mineiro a participação em programas de educação extra-escolar, que o atingissem sem tirá-lo do seu meio. Alguns registros da própria instituição mostram que a Escola de Viçosa foi pioneira nesse serviço de ensino agrário ambulante, levando, já na década de 1930, ensinamentos aos fazendeiros da região. Merece aqui destaque a diferença entre o serviço de extensão e o serviço ambulante realizados pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV). A Semana do Fazendeiro, que teve início em 1929, foi uma das principais manifestações do serviço de extensão da Escola de Viçosa e não do serviço de instrução ambulante<sup>105</sup>. Além disso, este plano focalizou, no que diz respeito ao ensino superior, o “reaparelhamento das Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária, respectivamente de Viçosa e de Belo Horizonte, e a instalação dum ‘curso de Veterinária’ em Viçosa” (VIANNA, 1951, p. 21)<sup>106</sup>.

Vista a necessidade de se propor soluções à diminuição dos problemas encontrados pelo homem do campo (o que muitas vezes o levava a procurar as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em busca de melhores condições de vida) e as dificuldades financeiras para resolver tais impasses é que foi realizado o primeiro convênio entre Brasil e Estados Unidos, em 6 de dezembro de 1948. Desse modo, foi assinado um convênio entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a American International Association (AIA), fundando a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR – MG)<sup>107</sup>, que iniciou suas atividades em

<sup>105</sup> Sobre a Semana do Fazendeiro e o ensino agrícola ambulante, ver Capítulo V.

<sup>106</sup> Fato este devido a transferência do curso de veterinária da ESAV para Belo Horizonte, em 1942.

<sup>107</sup> Segundo BARROS (1994), este sistema (a ACAR) “[...] é o maior e mais antigo componente do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, tendo iniciado suas atividades com o patrocínio da ‘American International for Economic and Social Development (AIA)’ e do Governo de Minas Gerais a partir de dezembro de 1948. ‘Para

Segundo LOPEZ (1995), a ACAR, foi criada associada ao sistema de crédito agrícola, como pode-se observar:

“A ACAR através do crédito, de recursos financeiros colocados à disposição dos agricultores, se apresenta como a instituição mediadora entre a pesquisa tecnológica no mundo universitário, as empresas agrícolas no mundo empresarial e a assistência técnica que aconselhava aos agricultores sobre os melhores meios de modernização da agricultura. Dessa forma, o sistema ACAR e a extensão rural proposta se constituem em mecanismos fundamentais para o tipo de desenvolvimento que se pretendia impingir no estado, porque imbricava crescimento da indústria, da agricultura e do capital financeiro – dos bancos. O trabalho de convencimento dos técnicos para que os agricultores aceitassem a modernização da agricultura contava com o crédito, recurso financeiro imprescindível nessa cadeia que deveria garantir a incorporação de bens duráveis no campo, seja para os trabalhos da fazenda, seja para as atividades domésticas propriamente ditas” (p. 113) (grifo nosso).

O princípio que nortearia a prática do serviço de extensão no país teria todos os fundamentos para promover a melhoria da qualidade de vida do homem do campo. Entretanto vale notar o caráter excepcional deste serviço adotado pelo país, em especial por Minas Gerais, através da ACAR, uma vez que, ao ser adotado este veio associado ao sistema de créditos agrícolas - que na verdade não era explícito na descrição do modelo extensionista norte-americano -, e não ao sistema educacional, que visava, através da educação, esta melhoria de vida do homem do campo. Nos Estados Unidos, por já existirem transações bancárias para os agricultores, o crédito supervisionado não era um elemento da ação extensionista. Esta nova modalidade era uma experiência nova que somente seria implantada nos países subdesenvolvidos, como o Brasil.

Esse sistema de crédito consistia, principalmente, em fazer empréstimos ao agricultor, e não em educá-lo. Segundo BARROS (1994),

“[...] Começou-se o trabalho pela assistência creditícia ao pequeno proprietário rural e sua família, tentando melhorar as suas condições de vida e de trabalho junto à família rural, considerada como ‘unidade formadora da sociedade’. Nessa fase, os planos de exploração agrícola eram elaborados

funcionamento” com um suporte financeiro, através do crédito agrícola, do qual participava entidades norte-americanas e o governo mineiro (p.667). Desse modo,

“O ‘slogan’ que desde logo figurou na bandeira deste movimento foi este: ‘Ajudar o homem rural e ajudar-se a si mesmo’. Não se levou em conta a estrutura patronal de nossa Agricultura; não se cogitou em conhecer as relações de trabalho que se desenvolviam nas grandes, médias e pequenas propriedades; não se preocupou em saber como vivia o nosso homem rural, dentro da família, dos grupos de vizinhança e, até mesmo, dentro da comunidade; não se examinou a fraqueza do ‘espírito associativo’ de nossos produtores rurais, enfim, não se procurou conhecer os seus níveis de aspiração, nem os seus métodos de vida e de trabalho” (Barros, 1994, p. 667) (grifo nosso).

Nesta citação de BARROS (1994), pode-se observar que este modelo do serviço de extensão rural adotado pelo governo mineiro em 1948 estava embutido apenas pela ideologia norte-americana. Não se preocupou em conhecer a estrutura rural de nosso país. Cogitou-se apenas em melhorar a qualidade de vida do produtor rural, por meio do crédito supervisionado, prática esta que não obteve muito sucesso, sendo quatro anos depois, modificada.

#### 1.6. A Implantação do Serviço de Extensão em Viçosa.

Como pôde ser observado neste capítulo, as origens do serviço de extensão brasileiro remetem aos Estados Unidos com todos os serviços lá prestados. Lá o serviço extensionista utilizava uma prática de educação ao homem do campo, ausente dos colégios agrícolas, através de exposições, feiras, cursos, que trouxessem ensinamentos agrícolas aos agricultores. Neste país era comum a prática de ensinamentos também as mulheres, visto que no Brasil, isso não foi recorrente. Esse modelo adotado pelo Estados Unidos recebeu a terminologia de “modelo clássico”, baseado então nesse princípio educacional. Ao ser introduzido no Brasil, em 1948, ele veio associado ao sistema de crédito agrícola.

**A EXTENSÃO NA ESCOLA SUPERIOR DE  
VIÇOSA**

§ único – o Servidor de Extensão será superintendido por um funcionário designado pelo Diretor, de preferência professor, cuja admissão obedecerá os dispositivos deste regulamento no que for aplicável”.

No início, as atividades de extensão realizadas pela Escola restringiam-se a respostas às correspondências dos agricultores e dos profissionais de indústrias rurais que as enviavam, pedindo informações sobre assuntos agrícolas e solicitando produtos produzidos pela instituição, seguindo assim, desde seus primórdios, as orientações do Regulamento de 1910, capítulo XLII, onde trata-se das consultas agrícolas.

“Art. 379. Os institutos de ensino agrícola, qualquer que seja sua natureza e os estabelecimentos e serviços a cargo deste Ministério deverão atender às consultas que lhes forem dirigidas, por intermédio dos respectivos diretores, pelos agricultores criadores ou profissionais de indústria rural” (p. 1093) (grifo nosso)<sup>110</sup>.

Desse modo, segundo Rolfs, “esta Escola foi instituída para auxiliar os estimados e honrados agricultores de Minas Gerais [...]”<sup>111</sup>. Assim, as primeiras correspondências recebidas pela Escola datam de janeiro de 1927. Segundo o Primeiro Anuário da ESAV de 1927, “durante o ano (de 1927), mais de setecentas cartas foram expedidas por este gabinete, representando estas um trabalho enorme, porque a maioria são traduzidas [...]”<sup>112</sup>

Essas correspondências eram enviadas à Escola pedindo informações sobre vários problemas encontrados pelos fazendeiros da região, entre eles, problemas relacionados aos pés de citrus, aos melhores tipos de cana e milho para a plantação na região, ao adubo químico, aos problemas na plantação de laranjas, entre outros. Vale notar que foram encontradas cartas pedindo informações sobre técnicas de plantio, em inglês, vindas de pesquisadores de outros países, como a correspondência do Mr. Oliverre, sobre o cultivo de

<sup>110</sup> Todas as reproduções de fontes primárias, tais como leis, decretos, portarias, atas, cartas, jornais, preleções, programas, entre outros, foram feitos respeitando-se a grafia do período.

<sup>111</sup> Carta enviada pelo Diretor P. H. Rolfs ao Senhor Nécio Gomes, Fazenda de Tavares, Minas Gerais, em 1929.

<sup>112</sup> Primeiro Anuário da ESAV de 1927, editado em 1931 pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Página 27.

de frutas<sup>116</sup> e, outra, enviada pela Fábrica de Fumos em Corda, de Ubá/MG, solicitando informações a respeito de adubagem de fumos<sup>117</sup>. Além destas, várias outras correspondências foram localizadas enviadas por fábricas regionais, solicitando informações sobre técnicas de plantio e/ou receitas para solucionar problemas em suas plantações, como foi o caso ainda da Fábrica de Bebidas "Moinho"<sup>118</sup>.

Além dessas correspondências, a Escola recebia pedidos de catálogos de exposição dos produtos da Escola. A seguir, transcreve-se uma carta enviada ao Sr. Conde Barbiellini (São Paulo), enviando-lhe, conforme solicitação em carta anterior, um catálogo da exposição dos produtos da ESAV.

"Tenho o prazer de enviar-lhe um catálogo da exposição de productos deste Estabelecimento, organizada a 29 de maio p.p., por ocasião de uma grande visita da Delegação mineira, a esta Escola, constituída de 200 fazendeiros. Para a referida visita foi organizado um plano de trabalho e uma breve festinha, tendo ocorrido tudo a inteiro contento de todos. Espero lhe enviar em breves dias photographias sobre a visita para serem publicadas em sua revista, caso seja do seu agrado. Por ser uma boa ocasião, convido-o a vir visitar estes Estabelecimento, que está inteiramente dedicado à agricultura de Minas e conta actualmente 120 alumnos, dos três cursos: superior, médio e elemental"<sup>119</sup> (grifo nosso).

Eram ainda enviados à Escola exemplares de experimentos agrícolas para que os mesmos pudessem ser distribuídos aos alunos, como a correspondência enviada ao Diretor da ESAV, pelo Adrião Caminha Filho, Diretor da Estação Geral de Experimentação do Ministério da Agricultura, encaminhando exemplares de experimentos agrícolas, para serem encaminhados aos alunos.

"Sr. Director da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – Viçosa – Minas Gerais

<sup>116</sup> Carta da Tostes & Cia – Casa Americana, de Manhumirim/MG, ao Diretor Bello Lisboa; 11 de outubro de 1929.

<sup>117</sup> Carta de Agostinho Martins Carneiro, proprietário da Fábrica de Fumos em Corda – Ubá/MG, ao Diretor Bello Lisboa; 12 de setembro de 1929.

<sup>118</sup> Carta da Fábrica de Bebidas "Moinho", ao Diretor Bello Lisboa; 13 de setembro de 1929.

<sup>119</sup> Carta do Dr. Peter Henry Rolis ao Sr. Conde Barbiellini; 07 de junho de 1929.

milho, cereais, entre outros produtos. Podemos observar esta venda de produtos em carta enviada ao Sr. João Anatólio Lima, de Cataguases/MG, por Bello Lisboa, em maio de 1929.

“De acordo com o Departamento de Horticultura e Pomicultura deste estabelecimento, tenho o prazer de informar ser possível o fornecimento de 20 exemplares de mudas de árvores frutíferas, ao preço de 5\$000 por unidade, das variedades: Tangerina Cravo; Tangerina da Flórida; Laranja rosa; Laranja Washington”. A Escola deseja a difusão máxima de seus productos por isto, ainda hoje, V.S. pode obter essa quantidade. A importância equivalente ao número de mudas deverá ser dirigida à Secretaria desta Escola, afim de se expedir ordem de despacho, que será por conta da mesma Escola”<sup>124</sup>.

E ainda, em correspondência enviada ao Sr. Francisco Nevy de Godoy, agricultor de Ponte Nova/MG, pelo Diretor Bello Lisboa, em 05 de setembro de 1929, onde este encaminha carta oferecendo produtos produzidos pela Escola conforme solicitado anteriormente ao Diretor da Escola,

“Informo ao amigo termo optimo milho de planta, selecionada por este estabelecimento. Para sua fazenda é conveniente o cattete que fornecemos pelo preço de \$700 o kilo, correndo o frete por nossa conta. Offerecemos-lhe também optimo arroz de planta Honduras, Japonez e Mattão, ao preço de \$800 o Kilo. Peço ao amigo enviar por intermédio do Banco a importância referente aos sereaes que deseja adquirir, visto assim exigir o nosso Regulamento”<sup>125</sup>

A partir de 1927, a ESAV inicia a prática de venda de livros e revistas aos agricultores. Segundo documento datado de 18 de novembro de 1927, sobre essa prática, “a ESAV não deseja ter lucros com a venda dos livros e por isso eles são vendidos pelos preços que foram adquiridos”<sup>126</sup>. Além da venda de livros e revistas, a maioria em inglês, são distribuídos, gratuitamente. folhetos publicados pelo Ministério da Agricultura dos Estados Unidos.

<sup>124</sup> Carta de Bello Lisboa ao Sr. João A. Lima; 31 de maio de 1930.

<sup>125</sup> Carta de Bello Lisboa ao Sr. Francisco Nevy de Godoy; 05 de setembro de 1929.

<sup>126</sup> Relação dos Livros e Revistas vendidos pela ESAV. 18 de novembro de 1927.

casa destinada a hóspedes e visitantes<sup>130</sup>. A partir de então a Escola acolheria todos os fazendeiros interessados em se dirigir ao estabelecimento em busca de instrução.

Desse modo, várias visitas foram realizadas, muitas de agricultores, muitas de pessoas ilustres, como o prefeito de Juiz de Fora, Sr. Raphael Cirigliano e o presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora, o Sr. José Carlos de Moraes Sarmento. Segundo o Primeiro Anuário da Escola, em 1927, “de junho até dezembro, (inclusive), registrou o livro de visitas, perto de mil pessoas, sendo muitas dellas ou agricultores ou lavradores, ou de outro modo, directamente interessadas na agricultura”<sup>131</sup>.

Ainda segundo este anuário, todas as visitas foram muito bem recebidas, sendo recebidas pessoalmente pelo Diretor, Vice-Diretor e Professores, que “dedicam pessoalmente aos visitantes o tempo que lhes desejam, sempre respondendo com cuidado ás consultas e fazendo especial esforço para mostrar a cada visitante o que lhe interessa mais”<sup>132</sup>. Desta forma,

“[...], os visitantes saem muito mais interessados do que se fossem mostradas as mesmas coisas, com mais idéia de ostentação de que de inculir conhecimentos agrícolas úteis. Raramente passa uma semana sem ser recebida a visita de um agricultor que procura a Escola com o fim de realizar o que é essencialmente, o ‘Curso Breve’ de um dia de estudos, em agricultura, em alguma ou em outra especialidade, de zootecnia, pomologia, horticultura ou agronomia.

Pelo modo que nos é possível, estamos montando estes departamentos (os departamentos da ESAV) para, quando chegar um agricultor, elle possa aproveitar as experiências que estamos realizando.

Por meio destas visitas tem a Escola espalhado muitos ‘conhecimentos agrícolas úteis’ entre o povo rural desta zona, sem elle perceber que está sendo instruído.

Consideramos o facto dos agricultores procurarem a Escola, como sendo uma grande victoria para o estabelecimento e seus methodos”<sup>133</sup> (grifo nosso).

<sup>130</sup> Atas da Junta Administrativa 1932/1936, 26 de julho de 1933.

<sup>131</sup> Primeiro Anuário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de 1927, editado em 1931, pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte. Página 23.

<sup>132</sup> Primeiro Anuário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de 1927, editado em 1931, pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte. Página 23.

<sup>133</sup> Primeiro Anuário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de 1927, editado em 1931, pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte. Página 23 e 24.

treinamento de princípios e práticas exatas de agricultura, para homens, mulheres, rapazes e moças das fazendas de todo o País” (p. 286).

BAKER prossegue sua conferência explicando que sua vinda para o Brasil consiste em escolher rapazes “de valor e que imaginamos possuírem base satisfatória e bastante experiência” (p. 286). Os escolhidos farão uma viagem de estudos para os Estados Unidos, por um ano, a fim de adquirirem prática em métodos de melhoramento da agricultura, administração e Serviço de Extensão. “Quando regressarem, esperamos utiliza-los na formação de núcleos para a organização de um Serviço de Extensão” (p. 286). Quanto a segunda parte deste programa, este consiste em organizar centros de treinamentos para rapazes e moças no Brasil.

Sobre o Serviço de Extensão Norte-Americano, Baker assim o traduz,

“O Serviço de Extensão nos Estados Unidos é um sistema de educação rural que se estende das salas de aulas, dos Ginásios e Universidades até as fazendas. E um sistema pelo qual as informações práticas concernentes à agricultura e à economia doméstica são levados ao homem rural, à mulher, aos rapazes e moças em suas fazendas, em seus lares e em seus municípios.

O Serviço de Extensão é uma poderosa arma educacional da agricultura nos Estados Unidos. Não tem feição nem se envolve com política, não sofre influência dos regulamentos policiais nem tem que se haver com as relações legislativas ou administrativas dos Governos Federal, Estadual ou Municipal. [...]

O Serviço de Extensão é um sistema cooperativo para o qual o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, as Escolas de Agricultura, as municipalidades, as sociedades locais e grupos de agricultores concorrem com o fundo necessário ao pagamento dos profissionais técnicos e ao melhoramento do trabalho profissional.

Em numerosos projetos de Serviço de Extensão verifica-se também a cooperação das Associações de Criadores, cooperativas de fazendeiros, câmaras de comércio e organizações públicas semelhantes. [...]. O trabalho de extensão é baseado no princípios de que o povo aprende mais facilmente fazendo e praticando [...]” (p. 287/288) (grifo nosso).

Para a realização do Serviço de Extensão dos Estados Unidos, este conta com agentes municipais extensionistas e especialistas solicitados das Escolas Estaduais de Agricultura, intimamente ligados às Estações Experimentais do Estado, sendo seu princípio fundamental, a

As condições de estágio são simples [...]”<sup>139</sup>

Cabe ainda mencionar que ao mesmo tempo em que aconteciam as visitas e as respostas às correspondências, a Escola promovia a publicação de seus artigos e pesquisas e as suas conferências agrícolas. Quanto as publicação, eram publicados artigos em boletins, jornais e revistas e continham assuntos técnicos destinados aos fazendeiros. Essas publicações continham, além de informações sobre a Escola, “noticia científica exacta dos resultados finais obtidos com pesquisas, demonstrações e experiências, criação de variedades, adubação, rotação, etc., não emittindo insucessos”<sup>140</sup>. Segundo o Primeiro Anuário da ESAV de 1927,

“é de muita vantagem para o Estado, bem como para a Escola, espalharem-se informações breves a respeito de agricultura prática, ou de natureza mais tecnica, ou alguma notícia a respeito da Escola, propriamente dita. Por este fim temos feito várias publicações [...] Algumas são enviados aos cidadãos ou estabelecimentos, que julgamos poderem aproveitá-los; outros são enviados aos jornais do Estado, para que elles possam, ocasionalmente, dar alguma notícia da Escola”<sup>141</sup> (grifo nosso).

Destas publicações pode-se citar, além dos “Boletins de Imprensa”<sup>142</sup>, o Primeiro Anuário da Escola, de 1927, editado em 1931, em parceria com a Secretaria de Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, conhecido pelo nome de BAZAV – Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa<sup>143</sup>. Neste anuário pode-se encontrar dados sobre a abertura das primeiras aulas

<sup>139</sup> Carta enviada pelo Diretor Bello Lisboa ao Sr. Minervino Bethonico, Itabira/MG, 26 de agosto de 1929.

<sup>140</sup> Atas da Congregação 1929/1932. 17 de dezembro de 1929.

<sup>141</sup> Primeiro Anuário da ESAV de 1927, editado em 1931, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte. Página 27/28.

<sup>142</sup> Dentre esses Boletins de Imprensa cita-se o Boletim sobre Noticias sobre a abertura das aulas (enviadas aos agricultores); Boletim sobre Noticias sobre a abertura das aulas (especialmente para os jornais); Instrucções sobre a cultura do Amaryllis; Lista descritiva de variedades de Citrus; Fornecimento de Livros sobre assumptos agrícolas; Normas para a alimentação de animaes, entre outros.

<sup>143</sup> Atas da Congregação 1929/1932. 12 de maio de 1930.

A Revista Ceres era destinada a publicação de artigos técnicos, sendo a sua maioria, de pesquisas realizadas pela instituição, como combate a ácaros de citrus e uvas; necessidade de proteção as aves; cultura da batata doce; reflorestamento; fabricação de vinho de laranja. Além disso, eram publicadas preleções e artigos diversos sobre a agricultura e a pecuária, escritos, em sua maioria, por professores, como “a situação da agricultura no mundo em 1936-1937 e 1937-1938”; “do negro na civilização agrícola do Brasil” e “a ação do município na reforma da agricultura”. A Revista Seiva era destinada a publicação de artigos diversos, bem como poesias, relação de alunos formandos, propagandas, a maioria escritos pelos próprios alunos, como “que será o mundo de amanhã”; “o que quer que seja que a célula faça...”; “como orientar a criação de porcos em uma fazenda”; “cultura da educação física”; “festa do calouro”; “festa de formatura”.

Quanto às conferências, estas seguiam também as diretrizes do Decreto nº 8319, de 1910, que em seu capítulo XLIII, “Das Conferências Agrícolas” dizia,

“Art 381. As conferencias agrícolas ficarão a cargo do inspectores agrícolas e de seus ajudantes, podendo também ser realizadas pelo pessoal dos cursos ambulantes, na forma indicada no presente regulamento e nos regulamentos e instrucções que forem expeditas pelo ministro.

Art 382. As conferencias agrícolas, quando realizadas pelos professores ambulante e seus ajudantes, deverão versar sobre um assunto determinado, sendo invariavelmente seguidas de demonstrações práticas”

Essas conferências eram realizadas pelos professores catedráticos da escola nas diversas regiões agrícolas nas suas proximidades. Eram enviados pela ESAV convites aos fazendeiros e as prefeituras dos locais que seriam realizadas essas conferências. e suas temáticas versavam, em geral, sobre plantio de árvores frutíferas; combate e extinção de animais causadores de danos às plantações; tratamento de moléstias em animais; alimentação e reprodução de animais; cultura de cana-de-açúcar, milho, algodão, entre outras. Vale ressaltar ainda que estas eram realizadas, em sua maioria, em convênios/parcerias com o

participarem de uma conferência agrícola que se realizaria em Teixeira, Minas Gerais, sobre a “necessidade do melhoramento das plantações e culturas, criação e tratamento de animais e outros assuntos de interesse imediato aos fazendeiros”. Esta conferência seria realizada pelos professores Diogo Mello, Nestor Glorine, Joaquim Braga e Geraldo Correa, todos professores da ESAV.

Com todo esse empenho extensionista realizado, em 1931, a Escola já era reconhecida por várias instituições técnicas e de ensino dos Estados Unidos da América do Norte, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal<sup>147</sup>.

Em 1933, a Escola Superior de Viçosa passa a ministrar o ensino agrícola ambulante como uma de suas práticas de extensão. Esse serviço foi oficializado pela Secretaria de Agricultura, em atenção às orientações da Lei de Ensino Agrícola de 1910 (Decreto nº 8319) e o Regulamento Geral do Ensino Agrícola de Minas, de 1911, bem como do Decreto nº 5364, de 1920. A primeira diretriz para o ensino agrícola ambulante foi norteada pelo Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910, que estabelecia, em seu capítulo XL,

“Dos cursos Ambulantes de Agricultura

Art. 359. Os cursos ambulantes de agricultura terão por fim a instrução profissional dos agricultores que, por circunstâncias especiais estão privados de recorrer aos cursos regulares dos estabelecimentos de ensino agrícola.

Art 360. Os cursos ambulantes compreenderão, além dos diversos ramos da agricultura geral e especial, a zootecnia, alimentação e higiene dos animais domésticos, seu tratamento, indústrias rurais, arboricultura frutícola, horticultura, tratamento das moléstias comuns às plantas cultivadas, avicultura, apicultura, sericultura, etc” (grifo nosso).

Os demais artigos deste capítulo tratam das incumbências dos professores ambulantes (ver anexo D). Quanto ao Regulamento Geral do Ensino Agrícola do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 3356, de 11 de novembro de 1911, tem-se, em seu capítulo III,

<sup>147</sup> Sobre isso ver BORGES, José Marcondes. Escola Superior de Agricultura - Origens - Desenvolvimento - Atualidade. 1968.

Art 30. Antes de cada demonstração o mestre ambulante mandará aviso prévio aos interessados, pedindo-lhes o comparecimento e explicando o fim que tem em vista.

Art 31. Estas demonstrações constarão de principaes operações da mecânica agrícola - aradura, desterroamento, gradagem, sementeira e capinação - e poderão ser feitas em um dia ou em mais tempo, conforme for conveniente.

Parapho único. Por occação dessas demonstrações os mestres ambulantes farão, em forma de palestras, uma exposição em que ponham em relevo as vantagens do emprego dos processos mecânicos auxiliares da agricultura citando preços de custo das operações agrícolas e de produtos colhidos bem como referindo-se a quaesquer dos assumptos mencionados no art 24.

Art 32. Haverá nas sedes dos mestres ambulantes de cultura as machinas agrícolas necessárias para as demonstrações de que tratam os artigos precedentes.

Art 33. No fim de cada mez o mestre ambulante remetterá á Directoria de Agricultura um relatório resumido sobre o serviço da sua circunscrição, informando sobre o serviço mensal effectuado, o numero de pedidos ainda por attender e fornecendo os dados estatísticos que deverá ter colhido sobre a produção agrícola e pastoril. No fim de cada anno remetterá um detalhado relatório onde conste todo o serviço feito durante o mesmo.

Art 34. O mestre ambulante terá a suas ordens um trabalhador, que servirá de seu auxiliar.

Art 35. A Directoria da Agricultura, á qual ficam directamente subordinados os mestres ambulantes de cultura, fornecerá a estes as precisas instrucções, resolvendo as questões não previstas nesse regulamento.

Art 36. Além dos mestres de cultura, haverá professores ambulantes de veterinária, zootecnia e industrias derivadas da pastoril, os quaes observarão as disposições deste capítulo em tudo o que lhes for applicavel.

Art 37. Os mestres de cultura serão contratados e conservados enquanto bem servirem e convierem aos interesses do Estado" (Decreto nº 3356, de 11 de novembro de 1911, p. 08/10) (grifo nosso).

É importante ainda ressaltar, o decreto nº 5364, de 12 de julho de 1920, que aprovou o novo Regulamento do Ensino Ambulante Agro-pecuário do Estado de Minas Gerais. Segundo MOURÃO (1962), "por este regulamento, o Estado foi dividido em sete distritos agronômicos<sup>148</sup>. Os mestres de ensino ambulante seriam contratados no país ou no estrangeiro. [...]. O regulamento especificava as atribuições dos mestres ambulantes" (p. 554). Assim, em concordância com este decreto, a escola de Viçosa tornou-se um distrito agronômico onde passou a ficar responsável pelo ensino agrícola da circunscrição da Zona da Mata mineira (que compreendia as 2ª; 4ª; 5ª; 6ª e 7ª circunscrições), sendo os professores da

<sup>148</sup> Estes distritos agronômicos ou zonas agronômicas são: "o Centro, com 85.420 Km<sup>2</sup> de superficie; o Triângulo, com 80.616 Km<sup>2</sup>; o Nordeste com 74.047 Km<sup>2</sup>; o Noroeste, com 69.102 Km<sup>2</sup>; o Norte com 59.675 Km<sup>2</sup>; o Sul, com 58.986 Km<sup>2</sup>; e a Mata, com 55.615 Km<sup>2</sup>" (CÔRREA, 1941, p. 361).

satisfazer o grande interesse dos nossos lavradores pelas demonstrações de meios de combate à saúva aconselhados por esta Escola, realizados através de seu brilhante trabalho técnico.

Em virtude do geral empenho e interesse dos nossos lavradores desejamos a permanência do Dr. Souza Lima até o dia 26 do corrente, quando esperamos ter realizado nos distritos já visitados pela caravana do 'Dia-Rural', demonstrações práticas de combate à saúva, aguardando assim, autorização de v.s. nesse sentido.

Certo da aprovação de v.s. para mais este trabalho orientado no sentido da obra que a Escola de Viçosa vem realizando sob a brilhante direção de v.s. tenho a satisfação de antecipadamente, apresentar-lhe meus efusivos agradecimentos<sup>151</sup> (grifo nosso).

Vale notar ainda a grande participação da Escola em Feiras e Exposições. A própria instituição promovia todos os anos exposições de seus produtos. A primeira, datada 1927, foi aberta durante apenas meio dia e contou com a presença de mais de duzentos fazendeiros da região<sup>152</sup>. Esta exposição realizada pela Escola e expôs Dahlias (espécie de flor cultivada pela ESAV para pesquisas)<sup>153</sup>.

Em 08 de junho deste mesmo ano foi aberta a primeira exposição de Citrus, contando com a presença de "quase 600 pessoas"<sup>154</sup>. Nesta exposição foram expostos apenas as frutas produzidas no terreno da escola. Além das 68 variedades de citrus foram apresentados ainda um considerável número de outras frutas produzidas, como pêras<sup>155</sup>.

Em 28 de junho de 1931, a ESAV realizou a sua primeira Exposição de Milho. Nessa exposição, várias pessoas ilustres foram convidadas para fazerem parte do júri, entre elas estava, o Dr. Henrique Cabbe – M/D Inspetor do Serviço Agrícola, de Santos, São Paulo -, o Dr. Caetano Marinho, de Ponte Nova/MG, o Dr. P. H. Rolfs, a esta época já afastado da

<sup>151</sup> Carta do Prefeito de Juiz de Fora – Raphael Ciriglino -, ao Diretor da ESAV, Dr. John B. Griffing: 12 de setembro de 1938.

<sup>152</sup> Carta de Bello Lisboa, 24 de junho de 1929.

<sup>153</sup> Sobre essa exposição ver o Primeiro Anuário da ESAV de 1927, editado em 1931, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Página 24.

<sup>154</sup> Primeiro Anuário da ESAV de 1927, editado em 1931, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Página 23.

<sup>155</sup> Sobre a primeira Exposição de Citrus da ESAV ver o Primeiro Anuário da ESAV de 1927, editado em 1931, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Página 25.

“ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE MILHO

Resumo da preleção sobre o milho feita pelo Director do Estabelecimento –  
J.C. Bello Lisboa – em 28 de junho de 1931<sup>157</sup>

1º) As exposições agrícolas visam o melhoramento dos productos da lavoura; a ellas deverão concorrer todos os agricultores. As exposições de milho tem, portanto o fim de melhorar a cultura do milho. Estamos realisando a nossa primeira exposição, a segunda se inaugurará no dia 12 de junho de 1932, ao meio dia, em ponto.

2º) Porque devemos melhorar a cultura do milho? Por ser esta uma das mais importantes da nossa lavoura. É uma cultura generalisada e por isto o melhoramento será sensível. Si conseguimos pequeno lucro, por sacco de milho, o lucro será muito grande por motivo da grande produção. Com a baixa do café, foi e será aumentada a cultura do milho; será boa defesa, melhorar o producto, visto, alcançarem os productos finos muito melhores preços.

3º) Como melhorar o nosso milho? Principalmente por dois modos: 1º Plantando melhor semente, e 2º Melhorando a cultura, usando os methodos modernos ensinados pela Escola. O professor Diogo Alves de Mello, o Professor José Guimarães Duque e outros iniciarão daqui a pouco aulas permanentes sobre o milho que se prolongarão hoje, amanhã e no próximo domingo.

4º) Dois grandes males a evitar. O fogo e a água. O fogo pelas queimadas que destroem a vida da terra e portanto sua fertilidade. A água é igualmente nociva quando lava os terrenos, carregando todos os alimentos das plantas.

5º) Para esta região qual a melhor variedade de milho? A resposta é dada por nossa exposição, é o 1º lucro que tiramos della immediatamente. A predominância dos milhos amarelos, vermelhos e mesclados nos ensina a preferir o milho catete vermelho da Escola. É elle otimo. Os fazendeiros poderão obtel-o a \$700 o kilo. Vale 10\$000 o kilo e valeria muito mais de 10\$000, si fosse estrangeiro.

6º) Quaes as vantagens do milho da Escola? Dá elle muito maior produção que o milho misturado. E por isto vale no Rio de Janeiro mais 50% que o comum. As cotações publicadas nos jornaes de ontem são as seguintes: milho catete vermelho: - 16\$000; milho catete amarelo: - 14\$500; milho mesclado: - 13\$000. Não é preciso mais discussão.

7º) Com o aumento da producção do milho devemos pensar em sua defesa? Sim. A melhor defesa desse producto é tê-lo o melhor possível e pelo menor preço. Os fazendeiros deverão ir pensando no estabelecimento de uma cooperativa de venda de milho com instalações para rebeneficiar o producto e conserval-o, em grande escala, sob espurgo.

8º) Para finalizar tomemos o compromisso de melhorarmos as nossas culturas, especialmente a do milho, pois que a “Riqueza desta Região será muito aumentada, si melhorarmos a qualidade de nosso milho e ampliarmos sua cultura”.

<sup>157</sup> Resumo da preleção sobre o milho (feita pelo Bello Lisboa) / Pasta Preleções / Ensino/1931, 3ª Caixa/6ª prateleira/ 2ª estante.

conceituando-se a tanto entre as classes populares [...]. Saúde e fraternidade. Arthur Torres Filho, Director"<sup>161</sup> (grifo noss).

Em 1933, a Escola realizou, em Ubá, Minas Gerais, a Primeira Exposição Municipal de Milho<sup>162</sup>.

Em 1934, a Escola apresentou seus produtos na Feira Industrial do Rio de Janeiro e na Feira de Amostras de Belo Horizonte, obtendo, nesta feira, o 1º prêmio<sup>163</sup>. Neste mesmo ano a Escola apresentou seus produtos no 5º Congresso Internacional do Ensino Agrícola, que se realizou em Buenos Aires<sup>164</sup>.

Em 1944, a ESAV apresentou seus produtos na Exposição de Belo Horizonte, recebendo muitos elogios, como do Governador Benedito Valadares<sup>165</sup>.

Em 1947 a Escola participou da 3ª Exposição Agro-Pecuária e Industrial de Carangola/MG. Neste mesmo ano, o Diretor da ESAV sugeriu que a Escola pudesse ter também uma pequena exposição permanente que serviria principalmente aos seus alunos"<sup>166</sup>. Essa sugestão foi acatada por todos os membros do conselho e a partir deste ano a Escola passou a possuir uma exposição permanente de todos os seus produtos.

## 1. 2. SEMANA DO FAZENDEIRO

Desse modo, foi se instituindo na Escola todo um serviço de apoio e auxílio ao produtor rural, procurando sempre auxiliar e instruir o fazendeiro sobre suas lavouras. Como forma de organizar e proporcionar ensinamentos mais intensivos acerca da agricultura, a Escola criou, em 1929, a Semana do Fazendeiro, que durante todos os anos de sua existência

<sup>161</sup> Atas da Congregação 1932/1936, 16 de novembro de 1932.

<sup>162</sup> Atas da Congregação 1929/1932, 29 de maio de 1933.

<sup>163</sup> Atas da Congregação 1932/1936, 15 de julho de 1934.

<sup>164</sup> Atas da Junta Administrativa 1932/1936, 25 de novembro de 1934.

<sup>165</sup> Atas da Congregação 1943/1947, 14 de julho de 1944.

<sup>166</sup> Atas do Conselho Departamental, 15 de abril de 1947.

Assim, na II Semana do Fazendeiro, realizada em 1930, foram oferecidos os seguintes cursos: agronomia: 1) cultura do milho; 2) a da cana; 3) a do arroz; 4) a da batata doce; 5) a da batata inglesa; 6) a do algodão; 7) preparo do solo e cultura, e 8) cultura da mandioca; zootecnia: 1) fenação, especialmente de leguminosas filagem do milho; 2) higiene e controle do leite; 3) escolha de reprodutores leiteiros; 4) criação das galinhas-pintos; 5) criação dos porcos mortandades dos leitões; 6) canraço, berne, bicheiras; 7) prevenção contra doenças provindas do solos e vacinas, febre aftosa; 8) princípios básicos sobre alimentação; 9) esterilidade de animais domésticos; cultura: 1) cultura do tomateiro; 2) cultura do pimentão; 3) cuidados com a semente, sementeira, viveiros e transplantações; pomicultura: 1) cultura da laranja-mosca-embalagem; 2) cultura do abacateiro; 3) diversos processos de propagação das árvores frutíferas; 4) adubação orgânica; economia rural: 1) monocultura, policultura e adaptação; 2) aproveitamento de braços, cultura mecânica; 3) economia do café, classificação; 4) a cooperação na agricultura-sociabilidade rural; 5) vantagem da contabilidade agrícola; silvicultura: 1) erosão e suas conseqüências; 2) reflorestamento; 3) restauração da adubação verde; engenharia rural: 1) conservação mecânica de estradas de rodagem; 2) construção econômica das estradas de rodagem – transportes; 3) destacamento econômico; entomologia: 1) emulsão de kerosene e seu emprego – outros inseticidas; 2) extinção da saúva; 3) calda bordalez a outros fungicidas; 4) causas de moléstias; 5) consultas sobre quaisquer doenças de plantas.

Ao término de cada Semana do Fazendeiro eram distribuídos questionários, onde os fazendeiros poderiam deixar suas sugestões e reclamações acerca daquela Semana e da Escola. Abaixo segue a transcrição, respeitando-se a grafia do período, do primeiro modelo de questionário entregue aos fazendeiros ao final da II Semana do Fazendeiro (1930).

rodagem; 34. Construção econômica das estradas de rodagem. Transportes; 35. Destocamento econômico; 36. Emulsão de Kerosene e seu emprego. Outros Insecticidas; 37. Extinção da saúva; 38. Calda bordaleza. Outras Fungicidas; 39. Causas de Moléstias (consultas sobre doenças de plantas)<sup>169</sup>

Na 5ª Semana do Fazendeiro, em 1933, os cursos de café e de fumo, passaram a ser feitos por pessoas do Instituto do Café de Ubá/MG<sup>170</sup>.

Em 1934, na 6ª Semana do Fazendeiro, a Junta Administrativa da Escola propõe que seja dada preferência aos lavradores do Estado de Minas.

“Considerando o grande êxito que vem obtendo a “Semana do Fazendeiro”, êxito esse que tudo indica será maior de ano a ano e considerando a necessidade de se atender em primeiro lugar às necessidades do lavrador mineiro; proponho que se recomende à Diretoria da Escola que nas próximas ‘Semana do Fazendeiro’ seja sempre dada preferência aos lavradores do nosso Estado, para as respectivas inscrições<sup>171</sup>”.

Nas atas da Junta Administrativa foram aprovados, para a 7ª Semana do Fazendeiro (1935) que sejam ministrados cursos práticos sobre compra, engorda e venda de gado.

“Foi em seguida aprovada por unanimidade de votos a seguinte indicação: julgando de toda conveniência que a Escola, na próxima Semana do Fazendeiro possa ministrar-lhes conhecimentos práticos sobre as operações de compra, engorda e venda de gado para corte e se aparelhe para fornecer-lhes os capatazes e técnicos de que precisam para as fazendas onde seja explorada a engorda de gado com vistas ao abastecimento dos mercados de carne, tanto internos como externos<sup>172</sup>”.

As atas da Congregação de 1934 fazem menção aos trabalhos que serão realizados na 7ª Semana do Fazendeiro, entre eles: “Criação do curso de plantas forrageiras e tratamento de pastagens. criação do curso de gado de corte<sup>173</sup>”, a ainda a menção do limite do número de fazendeiros em cada curso.

<sup>169</sup> Programa dos cursos que serão ministrados na ‘Semana dos Fazendeiros’ a se realizar de 27 a 30 de julho de 1931. Documento assinado pelo Diretor Bello Lisboa. 1931.

<sup>170</sup> Atas da Congregação 1932/1936, 29 de maio de 1933.

<sup>171</sup> Atas da Junta Administrativa 1932/1936, 25 de julho de 1933.

<sup>172</sup> Atas da Junta Administrativa 1932/1936, 27 de julho de 1934.

<sup>173</sup> Atas da Congregação 1932/1936, 29 de agosto de 1934.

As experiências feitas com o algodão não foram menos animadoras. Neste sentido, o director do estabelecimento, que é especialista no assumpto, introduziu, entre nós, o systema chinês para os terrenos humidos, até então, completamente inaproveitados na cultura do algodão. E ao cabo de algumas experiências, cuidadosamente realizadas, chegou á conclusão de que o systema chinês é o processo ideal para as regiões humidas do Estado de Minas. Com a introdução do systema chinês, conseguiu-se augmentar também consideravelmente a produção do algodão.

Também serão estudados por occasião da 10ª Semana dos Fazendeiros innumerables problemas relacionados com a saúde do povo rural, com o aproveitamento racional da terra, processo moderno de drenagem, construcções ruraes, selecção de sementes, tratamento de animaes, engorda de porcor, problemas de genética applicada, de agronomia, etc.

Para isso, a Escola de Viçosa já tomou a iniciativa de organizar um programma perfeitamente útil e proveitoso aos nossos agricultores, procurando pôr em evidências os assumptos de interesse capital e immediatos para a nossa lavoura.

Os cursos que serão accessíveis a todos obedecerão rigorosamente ao critério eminentemente pratico, nelles serão tratados apenas os problemas que dizem respeito á nossa agricultura.

A oportunidade que a Escola de Viçosa offerece aos lavradores mineiros, annualmente, com a sua Semana dos Fazendeiros é uma dessas iniciativas que merecem toda a attenção da gente montanheza e, praticamente, do seu governo pelos innumerables beneficios, que costuma espalhar entre os núcleos ruraes, que são, innegavelmente os centros productores do Estado.

É de crer, pois, a 10ª Semana dos Fazendeiros da Escola de Viçosa tenha, este anno, um grande numero de frequentadores, dadas as grandes vantagens que aquelle estabelecimento offerece aos nossos agricultores. É verdadeiramente digna de aplauso a iniciativa da Escola de Viçosa, que, a despeito de innumerables difficuldades, tudo vem fazendo no sentido de proporcionar aos nossos lavradores essa magnífica oportunidade de tomarem conhecimento dos mais recentes progressos alcançados, nestes ultimos tempos, pela agricultura scientifica<sup>174</sup>.

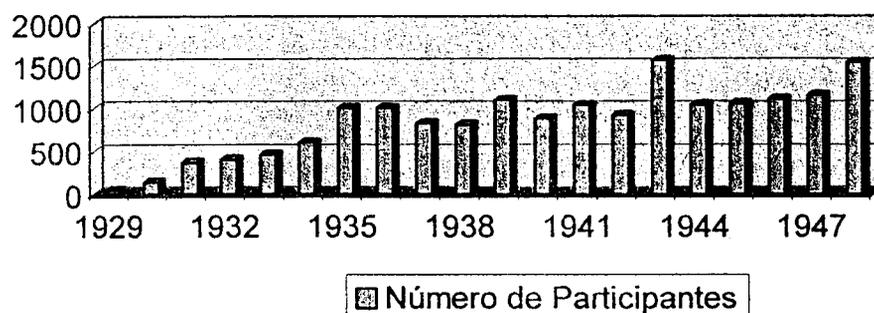
Esta Semana, realizada em junho de 1938, foi uma das Semanas realizadas pela Escola que mais obtiveram sucessos e elogios. A Escola recebeu várias cartas de elogios, entre elas, uma carta do Prefeito de Juiz de Fora, Sr. Raphael Cirigliano.

“Ilustrissimo Senhor,

Ao ensejo do regresso do encarregado do Serviço de Fomento á Produção Agro-Pecuária desta Prefeitura, que esteve, em companhia de vários agricultores deste município, tomando parte na 10ª Semana do Fazendeiro, realizada nesse importante estabelecimento, tenho o prazer de felicitar-vos pela realização do mesmo certamn, que tão úteis ensinamentos proporcionou, e de agradecer a oferta de valiosos elementos, como circulares, livros e produtos destinados ao mostruário permanente daquele serviço municipal.

<sup>174</sup> Extraído do Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1938.

### Relação do Número de Participantes nas Semanas do Fazendeiro (1929 - 1948)



Pelos dados acima pode-se avaliar o sucesso desta modalidade do Serviço de Extensão realizado pela ESAV. Segundo o Livro de Formatura de 1939, o sucesso extraordinário desta modalidade extensionista “é um bem como é uma necessidade absoluta a assistência técnica á fazenda que muito precisa melhorar em múltiplos aspectos” e, através das Semanas dos Fazendeiros que esta necessidade torna-se viável.

Sobre a 11ª Semana do Fazendeiro realizada pela Escola, em 1939, o Livro de Formatura de 1939, assim aborda:

“Há onze anos vem a nossa escola, atacando, com sucesso extraordinário, um ponto muito importante do Serviço de Extensão. A ‘Semana do Fazendeiro’ representa a modalidade do trabalho de propaganda agrícola em que o agricultor vem receber ensinamentos nas Escolas de Agricultura, estações experimentais, etc. Por esse modo, que a ESAV teve a primazia de iniciar em Nossa Pátria, atestado com a experiência de 11 anos a sua alta eficiência, tem-se dado passos largos e seguros, melhorando e aumentando a produção de muitas fazendas”<sup>176</sup>

<sup>176</sup> Livro de Formatura de 1939.

uma assistência técnica em moldes racionais, que moralisa, dentro das possibilidades que lhes são outorgadas, a distribuição e que procura formar uma mentalidade agrícola superior ministrando ensinamentos à mocidade estudiosa do país. [...]. (Dentre suas funções tem-se) compor, orientar, disciplinar, melhorar no sentido genético, fomentar, dirigir e ensinar [...]" (p. 356/357).

MARTINS (1942) prossegue sua fala demonstrando a estrutura de organização do Ministério da Agricultura.

“O Ministério, meus senhores, dentro da variada e complexa estrutura de sua organização, está, assim, constituído:

MINISTRO – Repartições ao Gabinete diretamente subordinadas: Serviço de Economia Rural; Serviço de Estatística de Produção; Serviço de Informação Agrícola; Serviço Florestal; Serviço de Meteorologia; Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário;

Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas; Serviço de Proteção aos Índios; e, Secção de Arquitetura e Engenharia.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – Repartições que se lhe subordinam: Divisão do Pessoal; Divisão de Contabilidade; Divisão do Material; Divisão de Comunicações; Biblioteca; e, Tesouraria.

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS: Laboratório Central de Entologia; Escola Nacional de Agronomia; Escola Nacional de Veterinária; Instituto de Química Agrícola; Instituto de Ecologia Agrícola; Instituto de Experimentação Agrícola; e, Instituto Nacional de Óleos.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL: Laboratório de Produção Mineral; Divisão de Fomento da Produção Mineral; Divisão de Águas; e, Divisão de Geologia e Mineralogia.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO ANIMAL: Instituto de Biologia Animal; Divisão de Fomento da Produção Animal; Divisão de Defesa Sanitária Animal; Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal; e, Divisão de Caça e Pesca.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL: Divisão de Fomento da Produção Vegetal; Divisão de Defesa Sanitária Vegetal; e, Divisão de Terras e Colonização” (p. 359/360).

Dando continuidade a sua palestra, MARTINS procura dar mais ênfase para o Departamento Nacional de Produção Vegetal, do qual faz parte, detalhando, minuciosamente todo o regulamento que rege este departamento. Por fim, termina seu discurso deixando sua visão sobre a ESAV.

tentativa que venceu, que triunfou e muitos são os lavradores do Estado de Minas, do Estado do Rio e do Espírito Santo, que colheram os benefícios dos ensinamentos recebidos na mesma” (p. 359).

### 1. 3. MÊS FEMININO

Com o grande sucesso alcançado pela Semana do Fazendeiro, viu-se a necessidade de se criar um mês dedicado à instrução das esposas dos fazendeiros. Desse modo, em 1931, o Diretor da ESAV solicita ao Dr. Olegário Dias Maciel, Presidente do Estado de Minas Gerais, em longa correspondência, a criação de um mês dedicado aos ensinamentos para as fazendeiras. Abaixo, transcreve-se a correspondência.

“Ilmo. E Exmo. Snr. Dr. Olegário Maciel, Muito Digno Presidente do Estado de Minas Geraes.

Excellentissimo Snr.

Considerando o alto valor de nossa agricultura no alicerce do nosso edificio econômico;

Considerando a situação grave que os nossos compromissos financeiros externos e internos crearam para os brasileiros, chegando a preocupar seria e assustadoramente ás classes productoras com a formidável crise que vem atravessando o seu principal producto – o café;

Considerando a necessidade imprescindível de, para o ressurgimento e prosperidade do Brasil, haver uma collaboração efficaz de todos os brasileiros de boa vontade (inclusive a mulher), cada uma na sua esphera de acção;

Considerando que o maior passe da hora actual é de todos brasileiros em condições tomarem o rumo ao campo, onde está guardada a imensa riqueza de nossa Pátria;

Considerando que a mulher pode e tem muitas vezes que desenvolver ahi a sua actividade, cooperando vantajosamente para o augmento da nossa producção:

Considerando que essa producção precisa ser seleccionada, afim de se impor ao bom mercado;

Considerando que para haver tal selecção é necessário que luzes mais esclarecidas illuminem o campo escuro da rotina, onde ainda se debate a quasi totalidade dos agricultores;

Considerando que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, com sede em Viçosa, tem sido, neste Estado, um pharól precioso de onde estão se irradiando para a lavoura, ensinamentos práticos de immediata utilidade aos agricultores;



Aula no Mês Feminino<sup>180</sup>

Desse modo, foi criado o Mês Feminino, organizado com um programa para 3 anos, tempo prorrogado, por solicitação das senhoras presentes ao evento do ano de 1937. Não foi possível localizar documentos que mencione, ao certo, por quanto tempo durou o Mês Feminino, nem por quais motivos ele deixou de existir<sup>181</sup>. Segundo o Livro de Formatura de 1939, o Mês Feminino “cumpriu com êxito o seu objetivo, e constituiu para a nossa Escola, suspiro de orgulho por ter sido o primeiro organizado em território nacional”.

O primeiro Mês Feminino organizado pela Escola ocorreu no período de 07 a 26 de janeiro de 1935. Neste mesmo ano foi criada a Secretaria do Mês Feminino<sup>182</sup>.

Em 31 de dezembro de 1936, devido ao sucesso alcançado nos dois primeiros anos de ocorrência do Mês Feminino, foi fundada a Associação Feminina, sendo sua primeira presidente D. Hemengarda Gomes e Souza<sup>183</sup>.

Abaixo tem-se o quadro comparativo com o número de inscrições nos três primeiros anos que ocorreram o Mês Feminino.

<sup>180</sup> Foto do acervo do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais.

<sup>181</sup> De acordo com BORGES et al (2000), “Desde a sua fundação, a Escola preocupou-se com os problemas do Lar e, nesse sentido, realizou, [...], o primeiro ‘Mês Feminino’. Nele eram lecionados assuntos pertinentes ao lar. Tempos depois, com a criação da UREMG, foi constituída a Escola Superior de Ciências Domésticas, a primeira do gênero no Brasil, [...]” (p. 19).

<sup>182</sup> Ato nº 333, de 31 de dezembro de 1935.

<sup>183</sup> Sobre isso ver BORGES, J.M. Escola Superior de Agricultura – Origem – Desenvolvimento – Atualidade. 1968.

ainda pelos agrônomos regionais. Este departamento compreendia de um Chefe do Departamento, um Serviço de Informações Econômicas e um Serviço Administrativo, estes subdivididos em seis seções (finanças agrícolas; estatística agrícola administração rural e terras econômicas; mercados e transportes; cooperativismo; e, população rural e colonização). Em 1931, esse departamento foi oficialmente criado, ministrando, nesse mesmo ano a primeira disciplina de nível superior sobre Economia Rural<sup>186</sup>.

A partir de meados dos anos 1930 percebeu-se a necessidade de se criar na Escola departamentos que fossem responsáveis pelo Serviço de Experimentação para poder, assim, complementar o Serviço de Extensão realizado pela ESAV, que segundo o Secretário de Agricultura, Israel Pinheiro, em carta enviada a Escola em 1938, dizia, que desde sua primeira recomendação em 1936, o desenvolvimento essencial e o futuro da Escola dependiam da organização definitiva de um serviço de Experimentação e de um serviço de Extensão na ESAV, sob a orientação de chefes competentes. Como o serviço de extensão já existia, faltava-se então, segundo o Israel Pinheiro, um serviço de experimentação na instituição. Segundo ele,

“[...] praticamente todas as importantes Escolas de Agricultura tem três divisões de serviço: Educação, Experimentação e Extensão. [...]. Aqui na ESAV chegou, precisamente, o momento de desenvolver um plano coordenado e efetivo do programa experimental. Depois do Diretor, o Prof. Secundino será seu chefe responsável e cada membro do Corpo Docente será seu auxiliar. Sob a sua Direção não estarão somente todas as experiências sobre melhoramento do algodão e milho, mas todas as experiências da ESAV”<sup>187</sup>

Desse modo, atendendo as exigências do Secretário de Agricultura, em dezembro de 1938 criou-se um departamento que passaria a ficar responsável pelo serviço de

<sup>186</sup> Sobre o Departamento de Economia Rural ver BORGES, J.M (et alli). A Universidade Federal de Viçosa no Século XX. 2000.

<sup>187</sup> Carta enviada ao Corpo Docente pelo Secretário de Agricultura, Israel Pinheiro, em 29 de dezembro de 1938.

higiene e, ainda, obrigava anualmente, o tratamento de verminoses, “tendo os operários as fichas de saúde controladas pelo médico do respectivo serviço” (Livro de Formatura de 1939).

Para o serviço social, a ESAV organizava vesperais, “com o intuito de reunir socialmente o corpo de operários e suas Exmas. Famílias”<sup>188</sup>. Essas vesperais realizavam-se quinzenalmente no Salão Nobre da Escola, com programas variados.

Nota-se que a este Departamento estavam subordinados os Serviços de Publicidade, de Tipografia e de Saúde da ESAV.

Vale ressaltar ainda a criação, 1942, da Primeira Estação Experimental de Conservação de Solos, montada no Brasil<sup>189</sup>, organizada pelo Prof. João Quintiliano de Avellar Marques, nos terrenos do Departamento de Agronomia, a fim de se sistematizar as pesquisas e os ensinamentos sobre conservação de solos.

Em novembro de 1948, criou-se a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG)<sup>190</sup>. Neste mesmo ano, foi assinado um acordo entre Brasil e Estados Unidos criando a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR/MG)<sup>191</sup>, que

<sup>188</sup> Livro de Formatura de 1939/ESAV.

<sup>189</sup> Ver BORGES, J.M. Escola Superior de Agricultura – Origem – Desenvolvimento – Atualidade. 1968.

<sup>190</sup> A Universidade Rural do Estado de Minas (UREMG) foi criada em 13 de novembro de 1948, durante o Governo Milton Campos, através da lei nº 272, incorporando nas estruturas da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), além da já existente Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, que viera transferida de Belo Horizonte, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. Segundo LOPEZ, “simultaneamente à criação da Economia Doméstica, foi implantado também o Serviço de Extensão Rural no Brasil (dezembro de 1948), e o local escolhido foi justamente Minas, na instituição de Viçosa, transformando, assim, a Escola Superior de Agricultura em Universidade Rural, incluindo, ainda, dentre suas unidades o Serviço de Experimentação e Pesquisa, órgão originário da primeira pós-graduação na área agrícola, no Brasil” (p. 104). Sobre a UREMG ver capítulo III.

<sup>191</sup> Segundo LIMA (apud BARROS, 1994), sobre a origem da ACAR/MG e dos programas do serviço de Extensão Rural implantados no Brasil, neste período, alguns aspectos interessantes podem ser observados: “Dentre esses aspectos, podemos citar os modelos introduzidos, entre nós, de origem norte-americana, isto é, procediam de uma sociedade em fase muito mais avançada que a nossa; [...]; a introdução do Crédito Supervisionado (que) baseou-se em dois outros pressupostos: no que se havia necessidade de se injetar recursos econômicos no setor rural, e no de que o homem rural não sabia como usar economicamente esses recursos: finalmente, para os implantadores do Sistema de Extensão, entre nós, o setor rural era ‘impermeável ao avanço do capital no campo’, sendo este, [...], o objetivo oculto daqueles que vieram ao Brasil cogitar da implantação do Sistema de Extensão Rural com a finalidade de criar mercado para os seus produtos, por meio do aumento do ‘poder aquisitivo do povo’. Nessas linhas preliminares, LIMA (apud BARROS, 1994), demonstra claramente que os modelos implantados entre nós foram inteiramente estranhos à nossa realidade e, por isso, não é de admirar que o Serviço de Extensão Rural não tenha apresentado os resultados que dele se poderiam

Este curso intensivo compreenderia para os agrônomos, o ensino teórico e prático de agricultura, veterinária, administração agrícola e crédito supervisionado; e para as supervisoras domésticas, aulas de nutrição, horticultura, puericultura, carpintaria, higiene e saneamento, costura, sociologia, organização de clubes, e até ordenha e direção de jeeps.”<sup>196</sup>.

As aulas foram ministradas por membros do corpo docente de Universidade Rural de Viçosa e por especialistas da ACAR, com a cooperação do Ministério da Agricultura, do Instituto de Assuntos Inter-Americanos, das Secretarias de Saúde de Minas Gerais, da American International Association, da Embaixada Americana, do Colégio Americano de Porto Alegre e do Colégio Bennett do Rio de Janeiro.

Desse modo, o serviço de extensão realizado pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em toda a sua existência, procurou assistir aos fazendeiros de modo a instruí-los em assuntos relacionados aos problemas agrícolas encontrados em toda a Zona da Mata mineira. Atendeu não somente aos fazendeiros da região, mas também de todas as regiões do Brasil, respondendo a cartas, publicando artigos técnicos, promovendo feiras, exposições, estágios e visitas aos interessados, garantindo assim a praticidade do ensino ministrado pela instituição. Como pode-se observar, a Escola de Viçosa sempre procurou manter esse serviço de extensão rural como uma marca de seu ensino.

Este serviço de extensão rural realizado pela ESAV, conforme pôde ser observado, foi pautado no modelo norte-americano de extensão rural adotado nos EUA, de forma mais institucionalizada, a partir de 1914, com todo um conjunto de atividades prestados pelos colégios agrícolas em cooperação com o Governo Federal, instituindo-se assim o modelo clássico de extensão rural, baseado em preleções, demonstrações, publicações, entre outros. As atividades aqui realizadas assemelham-se muito com este modelo clássico, uma vez que mantinham em comum as atividades prestadas (preleções, publicações, demonstrações, etc).

---

<sup>196</sup> Relatório da ACAR de 1951, páginas 10/11.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

1890 e início de 1900, havia-se a preocupação em ensinar a população agrícola ausentes nos Colégios Agrícolas, a fim de trazer melhorias para esses agricultores. É importante mencionar que os princípios associacionistas e esses ensinamentos agrícolas foram, assim como os da ESAV, pautados na experiência norte-americana de extensão rural, uma vez que tanto a SNA como a SBAA e o serviço de ensino agrônômico da MAIC, tiveram, entre seus fundadores e dirigentes, pessoas ligadas aos conhecimentos agrícolas dos Estados Unidos. O próprio serviço de ensino agrônômico da MAIC foi concebido, segundo MENDONÇA (1997), com base no modelo norte-americano de ensino agrícola e este baseava-se na manutenção de pequenos centros de propagação tecnológica e de assistência ao agricultor, através de campos de demonstração e o estabelecimentos de intercâmbios com universidades norte-americanas (práticas também desenvolvidas pela ESAV, desde seus primórdios, por orientação do MAIC e do Decreto nº 8.319, de 1910)<sup>197</sup>.

O serviço de extensão rural realizado pela ESAV acabou por proporcionar um ensino de caráter teórico-prático aos seus alunos, promovendo aulas práticas, estágios e pesquisas. A própria instituição mantinha aulas práticas nas fazendas de experimentação e nas fazendas dos agricultores. Nessas aulas, alunos e professores se dirigiam a fazendas próximas, a pedido dos fazendeiros, para analisarem problemas práticos encontrados e ensinarem aos proprietários como proceder para eliminar seus respectivos problemas, prática esta semelhante ao proposto pelo modelo clássico, muito difundido nos EUA.

Desse modo, a extensão mostrou-se fundamental para garantir o ensino ministrado pela ESAV, a qual tornou-se pioneira no serviço de extensão realizado no país. Muitos pesquisadores (FAGUNDES, 1985; FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1987; BORGES, 1968), aos realizarem trabalhos na área de extensão rural, consideram ser o ano de 1948, com a

---

<sup>197</sup> Neste estudo não coube ver quais as repercussões que essas entidades tiveram, mas a preocupação que elas tiveram com a causa agrícola no Brasil, assim como a ESAV, que desde os seus primórdios vem realizando ensinamentos agrícolas, através de seu serviço extensionista. Sobre as repercussões da SNA, da SBAA e do próprio MAIC, ver MENDONÇA (1990; 1997).

pois conforme foi visto, foi todo um conjunto de atividades que garantiu a prática extensionista adotada pela instituição, embora haja contradições, por parte de alguns autores, que afirmam ter sido a Semana do Fazendeiro, o serviço de extensão propriamente dito realizado pela ESAV<sup>199</sup>.

A Escola de Viçosa, em toda a sua existência, procurou promover um serviço de extensão apoiado na educação do homem do campo, educação num sentido de promover melhorias em suas fazendas através de cursos, publicações, pesquisas que visassem solucionar alguns problemas encontrados na região.

Este modelo adotado pela ESAV, assemelhou-se muito com o modelo difusionista inovador, somente adotado no país quando percebeu-se que o serviço de extensão só teria resultados satisfatórios se fosse apoiado pelo serviço de educação rural e não pelo serviço de crédito agrícola, conforme proposto pelo primeiro modelo extensionista adotado pelo país, em 1948.

No Brasil, em 1948, tentou adotar-se, como prática do serviço de extensão, o modelo clássico, surgido nos Estados Unidos. Entretanto, ao ser implantado no país, este veio com o sistema de crédito agrícola, que não era uma prática conhecida nos Estados Unidos, uma vez que lá já haviam as transações bancárias.

Esse sistema, adotado pelo Brasil, ficou então conhecido como associação de crédito e assistência rural<sup>200</sup>. Após três anos de sua implantação, realizou-se uma avaliação, onde percebeu-se que não havia surtido efeitos muito satisfatórios, uma vez que veio apoiado no sistema de crédito agrícola. Essa avaliação resultou, em 1952, numa adequação desse sistema

---

<sup>199</sup> Segundo BORGES (1968), em sua fala sobre a criação do Departamento de Educação Rural afirma, "O Departamento de Educação Rural, [...] foi o primeiro a coordenar as atividades de extensão na ESAV, se bem que a extensão propriamente dita viesse sendo feita pela 'Semana do Fazendeiro'" (p. 12).

<sup>200</sup> É importante considerar que em meados dos anos 1920, já defendia-se a idéia de implantar o crédito agrícola no Brasil. Esta idéia era discutida pelos agricultores em suas associações agrícolas e principalmente pelos membros da SNA. Este crédito seria reconhecido como um crédito-cooperativo. Sobre isso ver MENDONÇA (1997), páginas 102 a 111.

de plantio, que eram levados aos fazendeiros através do serviço extensionista realizado pela Escola<sup>202</sup>.

O serviço de extensão, conforme dados analisados, teve um avanço nas suas práticas, o que resultou, em 1939, na criação de um departamento que, ficasse responsável por promover todo o serviço extensionista na ESAV.

A extensão se constituiu como um elemento primordial na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, sendo um traço forte na identidade da instituição. Desde a sua criação, a UREMG, já incorporou este serviço como uma de suas práticas acadêmicas, através do Serviço de Experimentação e Pesquisa e do Serviço de Extensão herdados da Escola Superior de Viçosa.

Atualmente, a Universidade Federal de Viçosa, promove, todos os anos, a Semana do Fazendeiro, que teve início em 1929 e, até os dias atuais, continua promovendo ensinamentos aos fazendeiros. Entretanto, na UFV, a Semana do Fazendeiro modificou-se um pouco, adquirindo um caráter de publicidade para a instituição, que adotou a comercialização de seus produtos e serviços. Esse caráter mercantil da extensão permanece como um traço forte na Universidade Federal de Viçosa.

Assim, segundo SILVA (1995), na UFV,

“[...] mesmo nas instituições que lhe deram origem como a ESAV e a UREMG, institucionalizou-se um compromisso ampliado com a sociedade, além da relação com o ensino e a pesquisa, ou seja, construiu-se um tipo de extensão rural que nasceu nos ‘Land Grant Colleges’ dos Estados Unidos. [...]” (p.31).

<sup>202</sup> Segundo PANIAGO (1990), “Viçosa, [...] era uma cidade provinciana onde os trabalhos agrícolas constituíam a principal atividade. [...] Plantava-se algodão, café e cana-de-açúcar, ao lado de outros produtos necessários à subsistência diária da população, tais como: arroz, feijão, mandioca e milho. [...] As ruas (da cidade) eram lamacentas, iluminadas a lâmpadas de bico de querosene, as tardes amenas, as noites frias, as casas de telhados de biqueiras, [...]” e foi através da criação da ESAV e da implementação de suas atividades acadêmicas – ensino/pesquisa/extensão – que ocorreu uma transformação significativa na cidade (p. 137/138).